



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Sub-eixo: Relações étnico-raciais e desigualdades.

ETHOS PROFISSIONAL E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO À MULHER NEGRA: REFLEXÕES PARA A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

KERLANNY DO AMARAL SOUSA¹
REGINA TEODÓSIO DOS SANTOS RODRIGUES PAIXÃO

Resumo: Este estudo apontou como objetivo geral analisar o *ethos* profissional e a instrumentalidade do Serviço Social na intervenção à mulher negra em situação de violência intrafamiliar atendida no Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher – CREAM de Santarém, com a abordagem das análises quantitativas e qualitativas orientada pelo materialismo histórico-dialético. As ponderações desta pesquisa indicam a necessidade de eliminar a naturalização da violência e aponta para a relevância em perceber o gênero com o recorte de raça e classe, considerando o arcabouço ético-político e teórico-metodológico do serviço social pela efetivação dos direitos sociais.

Palavras-chave: Ethos profissional; Gênero; Identidade racial; Serviço Social

Abstract: This study aimed to analyze the professional ethos and the instrumentality of the social service adopted in the intervention to the black woman in situations of intrafamily violence attended at the Specialized Reference Center for Women 's Care - CREAM of Santarém, with the approach of quantitative and oriented by historical-dialectical materialism. The considerations of this research indicate the need to eliminate the naturalization of violence and points to the relevance of perceiving gender with the cut of race and class, considering the ethical-political and theoretical-methodological framework of social service for the realization of social rights.

Keywords: Professional ethos; Gender; Racial Identity; Social Service.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado do Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Luterano de Santarém apresentado publicamente em junho/2018. A pesquisa teve como objetivo geral analisar o *ethos* profissional e a instrumentalidade do Serviço Social adotados no atendimento à mulher negra em situação de violência intrafamiliar atendida pelo Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher (CREAM)

¹ Estudante de Graduação. Centro Universitário Luterano de Santarém. E-mail: <kerlannyasousa@hotmail.com>

em Santarém abordando as relações de gênero e raça. Destacou-se como objetivo específico conhecer o *ethos* profissional e a instrumentalidade do Serviço Social na intervenção junto a mulher negra em situação de violência intrafamiliar atendidas no Centro de Referência Especializado de atendimento à Mulher. Para a construção deste artigo centrou-se na problematização sobre o *ethos* profissional e a instrumentalidade do Serviço Social operacionalizadas no Centro de Referência Especializado ao atendimento à Mulher quando em atendimento à mulher negra em situação de violência intrafamiliar.

A seleção dessa temática sobreveio em virtude dos expressivos números da estatística nacional de violência que sofrem mulheres negras, pelo que se despertou a curiosidade de melhor conhecer se a mulher negra em Santarém se reconhece e percebem os desafios inerentes à sua condição, dadas a singularidade evidente e as exigências da sociedade capitalista firmadas em conceitos e pré-conceitos para com as especificidades de uma raça e/ou etnia. E nesse contexto, trazer a discussão para o interior do Serviço Social diante dessa demanda contemporânea arrolando o *ethos* profissional e a instrumentalidade do Serviço Social no enfrentamento desta refração de direitos. A atuação da/o assistente social nesse âmbito sugere a superação da cultura histórica do pragmatismo, na naturalização e criminalização da mulher, sobretudo a mulher negra em situação de violência intrafamiliar. As dimensões da profissão e o *ethos* profissional possuem embasamento viabilizadores de respostas qualificadas e legitimadas, entretanto, isso depende da maneira como o profissional configura, designa e interpreta esse fenômeno social.

O estudo fundamenta-se em uma temática que pode contribuir às discussões no tocante a correlação do *ethos* profissional com uma intervenção em sua totalidade, dado que a instrumentalidade do Serviço Social não se estabelece em coerência com paradigmas que intentam fragmentar o exercício profissional ou firmá-lo sob concepções superficiais. Pode também cooperar com a disseminação de debates sobre questões de gênero e étnico-raciais junto à comunidade acadêmica, a sociedade e profissionais do Serviço Social a fim de propagar e reafirmar a importância e necessidade do empoderamento da mulher negra.

A metodologia para a construção deste artigo plasmou-se no levantamento bibliográfico dissertado no TCC e na coleta de dados do I *Workshop Sobre Violência, Relações e Identidade racial: desafios para atuação profissional* realizado com a participação de profissionais do Serviço Social e psicólogos inseridos no atendimento à mulher em situação de violência no CREAM e em outros órgãos. Esse evento estava inserido na metodologia do TCC e foi mediado por profissional com acúmulo de conhecimento sobre a condição da mulher negra.

Utilizou-se a ferramenta do círculo narrativo e produção de *fanzzine* para conhecer a transversalidade da intervenção profissional com o tema e objetivos propostos. No pensamento de Ferreira (2012 apud ARAUJO, R., et.al, 2017) trata-se de um recurso facilitador no processo comunicacional que possibilita livre expressão da realidade na qual estão inseridos, estimulando assim a construção de pensamento crítico do assunto tratado. Utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido previsto na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde para assegurar o sigilo dos dados e o compromisso ético da pesquisa.

O resultado da pesquisa revelou profissionais com capacidade técnica operativa para intervir na situação de violência contra a mulher e com competência na observância dos parâmetros institucionais específicos para o atendimento. No entanto, a questão do racismo no processo de violência sobre a mulher negra ainda prescinde de criticidade ética e política, pois a identidade racial do profissional, na maioria dos participantes, está em construção, e isso repercute no *ethos* profissional e na instrumentalidade do Serviço Social.

2 RAÇA E ETNIA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E AUTOAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE

Embasado por questões levantadas no site do fórum do Jornal *The New York Times* sobre a origem humana, o geneticista Guido Barbujani apresenta

provocações fundamentadas pela biologia, a fim de pontuar a vasta discussão sobre a invenção das raças. Para ele, raça é o nome que a biologia usa para nomear grupos de indivíduos distintos no interior de uma espécie a fim de diferenciar um homem de um chimpanzé, por exemplo.

No dizer de Barbujani (2007) sobre a existência da divisão e classificação de raças, esse entendimento está posto culturalmente e não nas características dos genes, pois é estudo da biologia é fator relativo para compreender de onde e como viemos, mas não é lícito considerá-lo para definir “o que chamamos de nossa identidade”. Complementa que as relações sociais, as músicas ouvidas, as viagens e as maneiras de como fazer uso do tempo, derivam de escolhas, portanto, influenciam diretamente na construção das particularidades dos seres humanos podendo ser modificadas ao longo da vida. O autor abaixo também comunga desse pensamento:

Sabemos que do ponto de vista estritamente biológico só existe uma raça humana. Prova disto são as pesquisas do Projeto Genoma: as diferenças aparentes (como cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz etc.) entre um negro e um africano e um branco do norte europeu correspondem a apenas 0,005% dos genes humanos (SILVA, 2016 p.104).

Este teórico define raça como um conceito moldado pelos interesses da burguesia e pelo “ideal de branquitude” em um mundo marcado por séculos de escravidão que menospreza e “animaliza” homens e mulheres negras, enaltecendo os privilégios somados a valores essenciais, universais e “idealmente brancos” disseminados pela humanidade. Por isso a comparação a um “segundo parto”, a condição de nascer da negritude prescinde do entendimento, apreensão e coragem de assumir-se como pessoa negra, e, por outro lado, pode significar, afastar-se dos padrões tidos como “bons e civilizados”, [...] e se reconhecer como parte daqueles/as cuja essência é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso” [...] (FREIRE, 1990 *apud* SILVA, 2016).

A questão identitária, para Oliveira (2006), refere-se ao conceito de identidade como “fenômeno caracterizado por uma evidente autonomia relativa à cultura”, e autonomia, significa atribuir à cultura a influência da expressão de

identidade étnica, pois o papel da cultura não se esgota enquanto marcadora de identidades, haja vista suas expressões para além de rituais específicos.

O autor explana que “a variável cultural no seio das relações identitárias devem ser consideradas” principalmente quando nela estiverem os preceitos quanto aos horizontes nativos de percepção dos agentes exógenos inseridos na situação de contato intercultural, fortalecendo os elementos da cultura, portadoras de vários significados que contribuem para a aceção e entendimento do ambiente indicador de pertencimento e referência (OLIVEIRA, 2006 p.36-7). Adiciona também que a identidade étnica impulsiona a dinâmica das relações sociais para o fortalecimento de elos, em virtude do agrupamento e unificação, de forma a propiciar meios de autodefesa às situações de conflito étnico ou racial, sejam eles subtendidos ou explícitos.

Sobre o aumento da consciência e da identidade raciais atualmente no Brasil, Silva (2016) atribui às especificidades do momento político, a necessidade de refletir sobre o perfil identitária entre negras e negros, e quanto a autodeclaração, cuja ideia é atribuir aos indivíduos afrodescendentes ou “mestiços” a definição de sua identidade racial. Elucida ainda que esta temática apreende uma recente discussão sobre “quem é negra (o) no Brasil?”, haja vista a profunda miscigenação e a ideologia da democracia racial.

A questão da identidade racial acende um marco importante na sociedade brasileira diante de sua diversidade e da percepção das pessoas negras quanto às diferenças e características étnico-raciais, as particularidades de suas origens e o autoreconhecimento. Esse processo afasta o uso de afirmativas dispostas pelo “ideal de branquitude”, materializadas pelas ocorrências das titulações “morenas”, “moreno-claro”, “moreno escuro”, dentre outros termos que intentam afastar ou mesclar a cor preta. Este argumento está expresso nas palavras do autor a seguir:

[...] o fato é que, embalados por lutas por cotas, denúncias e mobilizações contra o genocídio da juventude negra [...] e várias outras questões, mais e mais negros e negras (incluindo os de pele “mais clara”) estão assumindo sua negritude. Reflexos disto vão da retomada orgulhosa do *Black Power* e dos crespos ao resultado do Censo de 2010 que, pela primeira vez (desde os anos 1870), apontou que o Brasil tem uma maioria (cerca de 50,7%) de não-brancos (SILVA, 2016 p.98)

Nessa referência do autor mencionado, fica patente a estratégia da burguesia que absorveu e recorre aos mecanismos como educação, mídia, exclusão socioeconômica, padrões de beleza e estética e a repressão policial, para mostrar o modelo fixado, legitimado e sempre foi branco.

2.1 Da condição feminina na sociedade contemporânea e o olhar sobre a mulher negra

Analisar as questões de gênero para Ferreira (2014) requisita observar as estruturas das sociedades de classe, onde as diferenças são tratadas como desigualdades, sendo elas um meio de sujeição à mulher, refutando assim, sua condição humana de igualdade. Essa concepção categoriza a mulher e a colocada como ser à margem da sociedade, quando comparada ao homem.

Para Bourdieu (2009) o efeito deste poder permeia a dominação expressa pela “força simbólica”, com efeito seja na etnia, gênero, na cultura e etc., e são exercidas por meio “dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus*² e que fundamentam para aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura”. Os esquemas da dominação referidos por Pierre Bourdieu demonstram que a:

[...] força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de pré-disposições

² Um dos conceitos da teoria de Pierre Bourdieu na intenção de desfazer os antagonismos primários presentes no conhecimento científico e no senso comum, convidando-nos a pensar na ação humana de forma dual. O conceito de *habitus* define-se como um “sistema de disposições para a ação”, feito uma noção mediadora entre a estrutura e o agente em que se procura incorporar todos os graus de liberdade e determinismo presentes na ação dos agentes sociais. Contudo, Bourdieu conceitua a “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, como forma de captar o modo como a sociedade se deposita nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, capacidades treinadas, e modos de pensar, agir e sentir, bem como, as respostas dos às situações do meio social que trazem respostas essas guiadas pelas disposições apreendidas no passado. Por FELIPE ANTÔNIO. Disponível em: <<https://sociologando.wordpress.com/2008/04/06/habitus/>> Acesso 24 nov. 2017.

colocadas como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. (BOURDIEU, 2009 p.50)

Pré-disposições estas, percebidas na educação diferenciada na família, na escola e na sociedade para meninos e meninas, contrapondo-se, a Ferreira (2014) ao versar sobre a maneira como as sociedades de classes constroem os diferentes papéis, com predeterminações estabelecidas mesmo antes do nascimento, cujas definições dos papéis de gênero acentuar-se-ão à medida que as respectivas escolham de profissão e postura na sociedade sucederem.

O posicionamento das mulheres mediante tais imposições foi se estruturando na medida em que os Movimentos Feministas propagavam seus ideais. No Brasil, o feminismo teve sua gênese em meados do século XIX, em cujo período as mulheres não tinham direito ao voto, não participavam da vida público-política, negando assim, a integração da mulher à sociedade e primava a autoridade masculina.

As conquistas foram se enumerando, mas não alcançavam todas as classes. O Movimento Feminista brasileiro não reconhecia a existência da dimensão racial quando se tratava de gênero. “A mulher negra não era temática alcançada mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina” (CARNEIRO, 2011 p. 121).

Segundo Heller (1972 *apud* BARROCO, 2007), a habilidade revolucionária que marcou a década de 60, pela “ruptura ideológica com instituições, papéis sociais e princípios historicamente vinculados à moralização dos costumes em relação à família, à mulher e à tradição propriamente dita”. Enfatiza ainda, a mobilização das mulheres na organização de movimentos sociais, crescendo o caráter sobre a consciência de gênero. Seria o início do protagonismo da mulher? A recusa a papéis tradicionalmente indicados como femininos, contribuiu notavelmente para modificações na história das mulheres.

Somente a partir da década de 1980 o feminismo negro começou a ganhar visibilidade por intermédio dos primeiros Coletivos de Mulheres Negras e Encontros Nacionais e Estaduais. À vista disso, a incorporação da

perspectiva racial fundamenta-se na medida em que a raça reconfigura a forma como as mulheres negras vivenciam gênero na sociedade.

Para Werneck (2017), a história da mulher negra plasma-se inspirada nas lideranças dos Movimentos Sociais e em personalidades de “destaque” desde a sua juventude, que lutaram por seus espaços e pelas conquistas. Contudo, assinala a semelhança do Brasil do passado com da mulher na atualidade, e fixa a necessidade de “protagonizar lutas cotidianas para ocupar lugares e para que o mundo seja um lugar mais justo, seguro e íntegro [...] ser mulher negra no Brasil de hoje é sinônimo de luta”!

Na acepção de Sueli Carneiro a ocupação de cargos de liderança assumidos por mulheres tem relação com o eufemismo da “boa aparência” e isso pode ser mensurado para o quadro onde “as mulheres negras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas, os mais vulneráveis do mercado” (CARNEIRO, 2011, p.129).

3 A ESSÊNCIA DO *ETHOS* PROFISSIONAL NA INTERVENÇÃO DA (O) ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão cuja atuação está vinculada a produção e reprodução social sendo seu objeto, as expressões da questão social. As refrações da questão social apontam-se como produto do trabalho dos assistentes sociais, a exemplo, as desigualdades de gênero, raça e classe, configurando-se assim, matéria-prima de sua intervenção.

O profissional do Serviço Social atua na mediação do acesso dos usuários aos serviços dispostos pelas instituições e sobre este aspecto, Behring e Boschetti (2008 apud ARAUJO, A., 2011, p. 2) evidenciam que não há uma definição quanto ao início da intervenção estatal através de Políticas Sociais. Contudo, afirmam que institucionalização do Serviço Social está ligada

à ascensão dos movimentos sociais e ao capitalismo monopolista. O avanço da mundialização do neoliberalismo estabelece a necessidade de redefinir as formas de enfrentamento às novas problemáticas que demanda o trabalho profissional, pois “a desresponsabilização do Estado em face da garantia dos cidadãos, traz repercussões nas relações de trabalho e nas profissões”.

A construção do *ethos* profissional em Serviço Social se substancializa, segundo a professora Maria Lucia Barroco, no reconhecimento histórico e social dos homens, na infinitude dessa sociabilidade e nas lutas sociais. Em suas palavras, o *ethos* profissional, [...]

É um modo de ser constituído na relação complexa entre as necessidades socioeconômicas e ídeo-culturais e as possibilidades de escolhas inseridas nas ações ético-morais, o que aponta para sua diversidade, mutabilidade e contraditoriedade. (BARROCO, 2007 p.68).

A construção do caráter moral e ético da sociedade paramentou-se pelos preceitos católico-cristãos e a gênese do *ethos* profissional também foi influenciada pelo conservadorismo, dada a educação moral internalizada no processo de socialização dos indivíduos, cuja ação da “harmonia social” fundava-se na coesão social.

Essa configuração histórica transcende a forma de interpretação da realidade devido à concepção positivista. Nessa lógica, as ideias tidas como liberais ou socialistas, sofriam discordâncias, principalmente em relação à mulher, pois “a conduta moral repressiva vincula o papel da mulher a atributos entendidos como parte de sua natureza” (BARROCO, 2007 p.77).

A respeito do significado da questão social, sua compreensão, amplitude e referência estão para além de desigualdades, “as formas históricas de seu equacionamento em face do significado político das lutas proletárias”, e que, portanto, não pode ser condensada em sentidos moralizadores. Isso porque, na visão da teoria lukacsiana, Maria Lucia assegura que a construção da moral é ontológica, ou seja, relativa a si mesmo e na dimensão ampla e múltipla do ser social, responsável por definir e expressar um *ethos* condizente com o momento histórico, porquanto, [...].

pelo fato de o indivíduo aceitar intimamente os valores, passa a fazer parte do seu caráter; por sua função integradora, estabelece vínculos sociais, presente em todas as atividades humanas. Ontologicamente considerada, a moral é uma relação entre o indivíduo singular e as exigências genéricas sociais. (BARROCO, 2007 p. 43).

Segundo Heller (1972 *apud* BARROCO, 2007) esta é uma relação da conexão da particularidade com a universalidade genérica, regida por estruturas sociais concretas, por organização ou exigência social, portadoras da universalidade. “Ao converter as necessidades imediatas em exigências internas, conscientes, a moral propicia a suspensão da singularidade [...] submeter o indivíduo às exigências socioculturais através de normas e deveres, pode se configurar como uma forma de alienação”.

Nessa perspectiva, moral sob a ética tradicional não pode ser considerada como um projeto histórico cultural restrito à profissão, pois, as circunstâncias e possibilidades do momento histórico direcionam e requisitam uma ação sob novas formas solicitantes de reatualização ou ampliação do fazer profissional, ou seja, “a transformação do *ethos* depende de um conjunto de elementos que extrapolam a profissão e nela rebatem de modo peculiar” (Idem,2007).

Nesse panorama, Eric Hobsbawm (1995 *apud* BARROCO, 2007) considera que,[...]

São inegáveis os sinais de mudanças significativas e até mesmo revolucionárias, nas expectativas das mulheres sobre elas mesmas e nas expectativas do mundo sobre o lugar delas na sociedade. (HOBSBAWM, 1995 *apud* BARROCO, 2007 p.101).

Em razão disso, Maria Lucia Barroco destaca a relevância que as dimensões da vida profissional precisam alcançar, assinalando a profundidade e a singularidade em face do enfrentamento aos “conflitos éticos e questionamentos acerca do papel feminino”, capaz de vincular a profissão “à ampliação de uma consciência ético-política sob uma moralidade fundada na liberdade”. (BARROCO, 2007 p.103)

3.2 A intervenção profissional do assistente social junto à mulher em situação de violência e o aspecto racial

Considerando a abrangência dos campos de atuação do assistente social, salienta-se aqui, a intervenção na política de atenção a mulher, especialmente, a mulher em situação de violência. Segundo Queiroz e Diniz (2014), a violência contra a mulher é uma expressão da questão social, demandando então, intervenção estatal por meio das políticas sociais públicas e “a apropriação das categorias relações sociais de gênero, patriarcado e raça pelos (as) profissionais de Serviço Social se faz necessária para uma apreensão crítica das relações sociais e suas múltiplas determinações para além das classes, pois a realidade sobre a qual os (as) assistentes sociais se debruçam é complexa e multifacetada, sendo necessário, portanto, desvendar seus vários determinantes”.

Nesse prospecto, Yazbek (2004) (apud POUGI, 2005 p.7), ressalta que os direitos sociais, construídos a partir de relações concretas, buscam atender às necessidades sociais, expressas de acordo a sua historiografia e a produção das classes e ressalta que a efetivação prática na sociedade capitalista “depende da correlação de forças e das disputas ideológicas que são travadas em face dos interesses em questão”.

Nesse contexto, a visão de Iamamoto (1999) enfatiza a importância [...]

Dos/das “assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as mudanças que ocorrem na realidade social. Entre as novas competências exigidas está, sobretudo, a produção de conhecimento acerca da complexa realidade em que cada profissional se insere em diferentes espaços sócio ocupacionais, visando dar suporte a sua intervenção” [...] (IAMAMOTO, 1999, p.89 apud QUEIROZ e DINIZ, 2014 p. 98)

Este argumento afirma o necessário aprimoramento das habilidades para intervir no acesso à política e ao direito social. No enfrentamento à violência contra a mulher, o Serviço Social está inserido em vários espaços-ocupacionais e de acordo com as características destes, os (as) profissionais são responsáveis pela efetivação das estratégias de mediação e o direcionamento das dimensões ético-políticas;

teórico-metodológica e técnico-operativa nessa intervenção. O fazer profissional do assistente social se materializa na prevenção e combate à violência requerendo garantia de direitos, à luz dos princípios da CF/88, das legislações em defesa dos direitos da mulher, legislação e regulamentos da profissão.

4 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO I WORKSHOP SOBRE VIOLÊNCIA, RELAÇÕES E IDENTIDADE RACIAL

Os dados revelados por ocasião do I Workshop sobre violência, relações e identidade racial: desafios para atuação multiprofissional realizado com a participação de profissionais do Serviço Social trouxeram à baila discussões sobre a importância e necessidade de situar pessoas negras, brancas e indígenas para perceber a relevância da construção da identidade racial, da imprescindibilidade em conhecer os meios para a luta contra as formas de violência, bem como, o aprimoramento da escuta e o olhar para o engajamento antirracismo.

O evento foi mediado por profissional qualificada no assunto e contou com a participação de 18 pessoas, entre elas a acadêmica pesquisadora, a orientadora do TCC, uma acadêmica de psicologia, dois psicólogos, uma professora de história, dez assistentes sociais e duas estagiárias de Serviço Social. As (os) agentes da pesquisa, somente os profissionais de nível superior assinaram o TCLE.

A facilitadora organizou os participantes em formato de roda e solicitou apresentação individual com ênfase no nome, na profissão, no momento em que reconheceu a identidade racial e se, porventura, vivenciou alguma situação de racismo. A maioria revelou o reconhecimento racial como parda ou negra. Sobre isso foi abordada a aceitação se ser negro com tons de pele mais claros, onde a sociedade tem mais “facilidade” de considera-lo, em virtude das características próximas ao “padrão branco” mais que o negro retinto. Nesse

sentido, o “lugar” do negro no Brasil remonta ao período da escravidão, onde pessoas negras foram “coisificadas” para atender as necessidades trabalhistas do homem branco, assim como, necessidades sexuais, momentos esses ocorridos, por vezes, por estupro, contribuindo assim, para o nascimento de negros mais claros. O diálogo entre os participantes considerou a questão da identidade racial a partir da estrutura social de classe, considerando a relação entre gênero, raça e classe social, cuja pirâmide racial posta o homem branco no topo, seguido do homem negro, em seguida a mulher branca e por último, a mulher negra.

Pela dinâmica da discussão verificou-se que a classificação pelo tom de pele, pode direcionar para a negação da afirmação, pois a negra mais clara tem “a cor do pecado” e o negro mais claro é moreno. Essa classificação pode confundir a população negra, pois colabora com o ideário do branqueamento e conseqüentemente com o racismo ao considerar que existem privilégios relacionados à sua cor e pela divisão entre negros e mestiços. Percebe-se um processo de alienação, propagador de ideias falaciosas sobre vantagens indicadas a negar a autoafirmação e valorização de pertencimento e cultura.

As falas revelaram a ausência de discussão sobre a questão racial, no âmbito familiar, desde a infância, pois a maioria das (os) agentes da pesquisa apreendeu a sua concepção identitária na fase adulta. Essa revelação ressaltou elementos contributivos para entender a construção identitária tardia entre os (as) participantes. Sendo a família, a primeira instituição na relação social, fundamental para empoderar, minimizar questões e situações de processos dolorosos³ decorrentes da multipluralidade para a aceitação da negritude sem embargos emocionais desgastantes.

Quanto à pergunta referente às situações de racismo vivenciadas pelas (os) participantes revelaram incidência no cotidiano das mulheres, confirmando assim, a particularidade do gênero na sociedade. Pontuou-se como o racismo no Brasil está impregnado nas relações sociais, devido à identidade racial ser percebida a partir de características fenotípicas e despertou para a

³ Esta afirmação se fundamenta considerando a reação de alguns participantes não conseguirem compartilhar as experiências sem choro e/ou desabafo.

necessidade dessa percepção na intervenção profissional. Socializou-se também sobre hábitos específicos da cultura, em especial da cultura negra, cujas interpretações partem do cunho racista, seja quando se refere às religiões de matriz africana, seja nos acessórios e roupas utilizados para além de estilo, por serem instrumentos simbolizadores da resistência de um povo, que ainda sofre com as “marcas” da subalternização.

Na sequência, as (os) partícipes foram convidadas (os) a compartilhar situações de racismo vivenciadas na intervenção profissional utilizando a técnica do *fanzine* partindo da demonstração das expressões da realidade de trabalho construindo exemplos de situações de violência contra a mulher negra. Essa metodologia revelou que os profissionais, em maioria, não relacionam a questão racial na intervenção profissional. Notando-se ausência do pensamento crítico do assunto tratado.

Dos desafios na atuação multiprofissional, percebeu-se a necessidade de estudo para além do ofertado nos tempos de escola, quando se apregoou a democracia racial, com a teoria da igualdade no contexto racial. Isso foi percebido pela dificuldade de assimilar as especificidades intrínsecas ao fenômeno da violência intrafamiliar, especialmente, contra a mulher negra, livre da naturalização. O resultado mostrou que a intervenção profissional precisa assinalar a singularidade do contexto, a fim de alcançar a situação de violência sobre a mulher negra, em sua totalidade, pois o capitalismo “alimenta” a generalização, sugerindo que as oportunidades e desafios estão para todas e todos, quando há evidência de que a historicidade de cada ser social, delinea suas perspectivas e aspirações.

A facilitadora finalizou o evento trazendo para reflexão, uma parte da música *Seu Olhar*, de Arnaldo Antunes, com destaque a expressão “o seu olhar melhora o meu” como forma de reforçar quanto à postura e intervenção frente a situações encontradas em seus respectivos espaços sócio ocupacionais.

5 CONCLUSÃO

A dimensão ontológica do Serviço Social rege a intervenção profissional, quando as ações se aproximam dos dispostos no Código de Ética profissional, bem como, do princípio dos direitos fundamentais à pessoa humana. Esta investigação identificou o exercício profissional tecnicista com capacidade técnica operativa, mas no trato da questão do racismo no processo de violência sobre a mulher negra ainda prescinde de criticidade ética e política, do que à proporção técnico-operativa e ético-política do Serviço Social.

Os profissionais se tornam mais hábeis e competentes nos métodos institucionais cujo modelo interventivo pode interferir nas particularidades dos fenômenos sociais. É preciso aperfeiçoar as ações no sentido de melhor apreender as dimensões da profissão para embasar o exercício profissional e mesmo enquanto classe trabalhadora, tem relativa autonomia diante da legislação que rege e embasa a sua ação profissional.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de discussão sobre gênero no âmbito do Serviço Social considerando o recorte de raça, haja vista as particularidades inseridas nesse fenômeno, que sofre as consequências da desigualdade histórica intrínseca à sua condição a fim de eliminar os reducionismos nas intervenções, bem como, a naturalização dos fenômenos próprios da contemporaneidade. Há que se considerar a dimensão do Serviço Social bem como o arcabouço ético-político e teórico metodológico construído historicamente, desde então ressaltando a importância e significação das mobilizações sociais. Sinalizando aos profissionais para a participação mais atuante a fim de aperfeiçoar os recursos facilitadores para uma crítica livre de concepções conservadoras e excludentes. Não há espaço para ceder quando a “nossa escolha é a resistência!”.

REFERÊNCIAS

ARAUJO. Raqueline Chaves de, et.al. **Práticas significativas através dos gêneros textuais**: o fanzine como recurso pedagógico na formação do sujeito leitor-escritor. Congresso Nacional de Educação. Disponível em: <editorarealize.com.br> Acesso em: 04 jun. 2018.

ARAUJO, Annamaria da Silva. Política Social Pública de enfrentamento a Violência Contra a Mulher: uma tentativa de Garantia dos Direitos Humanos das Mulheres. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – JOINPP, 5., 2011, São Luis. **Anais...** São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2011. Disponível em: www.joinpp.ufma.br Acesso em: 28 nov. 2017.

BARBUJANI, Guido. **A Invenção das Raças**. Traduzido por Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2007.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

OLIVEIRA, Cardoso Roberto de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp Brasília; Paralelo 15, 2006.

POUGI, Lília Guimarães. **Violência de Gênero e Política de Assistência Social: as necessidades sociais de mulheres em situação de violência**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – JOINPP, 2., 2005, São Luis. **Anais...** São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2005. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br>> Acesso em 28 nov. 2017.

QUEIROZ, Fernanda Marques; DINIZ, Maria Ilidiana. Serviço Social, Lutas Feministas e Violência Contra a Mulher. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 95-112, jul./dez. 2014.

SILVA, Wilson Honório da. **O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade**. São Paulo: Sundermman, 2016.

WERNECK, Jurema. **“Ser mulher negra hoje no Brasil é sinônimo de luta”**. Disponível em: <www.huffpostbrasil.com> Acesso em: 25 nov. 2017.